

# Ementário de Gestão Pública

## Ementário de Gestão Pública nº 2.393

 EMENTARIOGP / 06/10/2020 / BOLETIM

### Normativos

**COMPRAS PÚBLICAS e CORONAVÍRUS.** LEI Nº 14.065, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020. Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

**POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS.** DECRETO Nº 10.506, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020. Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

**CENTRO DE GOVERNO.** RESOLUÇÃO CIG/CC/PR Nº 3, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020. Institui grupo de trabalho para o acompanhamento e avaliação dos resultados da Revisão por Pares do Centro de Governo.

**MOVIMENTAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO.** INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 95, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020. Estabelece orientações e procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista, quanto à movimentação para composição da força de trabalho de que tratam o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Portaria ME nº 282, de 24 de julho de 2020.

**POLÍTICA DE IMPRESSÃO.** PORTARIA INCRA Nº 1.663, DE 21 DE SETEMBRO DE

2020. Aprova as diretrizes da Política de Impressão no âmbito do INCRA.

**OUVIDORIA.** PORTARIA OGU/CGU Nº 2.031, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020. Regulamenta o inciso IX do art. 12 do Anexo I do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e estabelece normas para o Programa de Formação Continuada em Ouvidoria – PROFOCO.

**ESTATAIS e ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO.** PORTARIA SEST/ME Nº 21.521, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020. Divulga a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais até o 4º bimestre, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

**COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL e PORTAL NA INTERNET.** PORTARIA MC Nº 483, DE 28 DE AGOSTO DE 2020. Aprova o Manual de Diretrizes para a padronização dos portais do Governo federal no novo Portal Institucional denominado Gov.Br e PORTARIA MC Nº 482, DE 28 DE AGOSTO DE 2020. Aprova o Manual de Publicação que trata das ferramentas de administração e publicação de conteúdos no âmbito do Portal Institucional do Governo federal.

**ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS e COMPRAS PÚBLICAS.** PORTARIA SEGES/ME Nº 21.332, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020. Dispõe sobre o Termo de Adesão para acesso ao Portal de Crédito Digital pelas instituições gestoras das plataformas e as instituições financeiras tipo I de que trata a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.** PORTARIA STN/ME Nº 517, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020. Divulga o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal relativo ao mês de agosto de 2020, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

## **Ciclo de Lives sobre Auditoria Interna Governamental – UNAMEC**

Neste momento em que as ferramentas digitais tem sido as maiores aliadas do

compartilhamento de conhecimento e troca de experiências, a Unamec promove uma série de discussões sobre temáticas relacionadas à atividade de Auditoria Interna em *lives* com convidados especiais.

Basta seguir as redes sociais da Associação e ficar atento ao calendário dos eventos!

Compartilhe e participe!

## Julgados

**TERCEIRIZAÇÃO e CAPACIDADE TÉCNICA.** ACÓRDÃO Nº 2506/2020 – TCU – Plenário.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: dar ciência (...), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade, (...), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) a exigência de qualificação (...) inadequada, pois contraria ampla jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 449/2017, 1.186/2016, 553/2016, 1.443/2014 e 1.214/2013, todos do Plenário), no sentido de que, nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

**CONTROLE SOCIAL e TRANSPARÊNCIA.** ACÓRDÃO Nº 2511/2020 – TCU – Plenário.

1.8.1. Dar ciência (...), com fundamento no art. 9º, I, da Resolução – TCU 315/2020, de que:

1.8.1.1. somente a divulgação do código (...) no resultado da Chamada (...), sem a publicação direta do valor da referida bolsa, dificulta o exercício do controle social,

sendo esse exemplo claro de informação de interesse geral, o que vai de encontro ao art. 8º, caput, e ao art. 3º, V, da Lei 12.527/2011;

1.8.1.2. a publicação do resultado da Chamada (...) somente no formato PDF inviabiliza o acesso das informações de forma automatizada por sistemas externos, o que dificulta o exercício do controle social, em desacordo com o disposto no art. 8º, § 3º, III, e no art. 3º, VI, da Lei 12.527/2011;

### **ENQUADRAMENTO COMO MICRO OU PEQUENA EMPRESA e FORMAÇÃO DE PREÇOS. ACÓRDÃO Nº 2514/2020 – TCU – Plenário.**

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Dar ciência (...), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha (...), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.6.1.1. Os itens (...) do edital, que dispõem acerca de tratamento diferenciado para empresas optantes pelo Simples Nacional quando do preenchimento da planilha de formação de custos, estão em conflito com o previsto no (...) referido instrumento convocatório e com a vedação prevista no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar 123/2006 e na jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 1113/2018-TCU-Plenário, tendo em vista que a licitante não poder usufruir dos benefícios tributários desse regime na respectiva proposta de preços, nem durante a execução contratual, além de estar obrigada a solicitar a sua exclusão do aludido regime diante da subsequente declaração como vencedora certame, uma vez que o objeto da licitação envolve a disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra;

### **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE e REGISTRO DE PREÇOS. ACÓRDÃO Nº 2537/2020 – TCU – Plenário.**

9.2. determinar (...) que cientifique os órgãos gerenciadores das atas de registro de preços de titularidade da recorrente de que a declaração de inidoneidade pelo TCU gera efeitos a partir do trânsito em julgado do aresto que a declarou, inclusive em relação às atas de registro de preços, impedindo futuras contratações e adesões que delas possam resultar e exigindo o pronto cancelamento do registro do fornecedor inidôneo;

### **DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL, DANO AO ERÁRIO e**

**RESPONSABILIZAÇÃO. ACORDAO Nº 10410/2020 – TCU – 1ª Câmara.**

1.6. Dar ciência (...), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, para que se evite a repetição do ocorrido (...), de que eventual descumprimento de ordem judicial que, reflexivamente, cause dano ao erário poderá ensejar a responsabilização do agente público causador do prejuízo no âmbito desta Corte de Contas.

**CONTRATAÇÃO INTEGRADA e VANTAJOSIDADE. ACÓRDÃO Nº 10829/2020 – TCU – 1ª Câmara.**

9.3. dar ciência (...) de que:

9.3.1. a adoção da contratação integrada, de que trata a Lei 12.462/2011, sem a efetiva demonstração das vantagens técnicas e econômicas auferidas pela sua utilização, comparativamente com os outros regimes previstos em lei, (...), afronta o disposto no art. 9º da Lei 12.462/2011 e a jurisprudência do Tribunal;

**GESTÃO FISCAL. ACÓRDÃO Nº 2533/2020 – TCU – Plenário.** Acompanhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 3º bimestre de 2020.

## Gestão em Gotas

## Notícias, Artigos, Atos e Eventos

**ICTI.** Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) – julho de 2020.

**DECISÃO JUDICIAL, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO e PERCENTUAL MÍNIMO.** Licitação não pode fixar percentual mínimo para taxa de administração, decide Primeira Seção.

**MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e LIMITE DE FATURAMENTO.** O limite de faturamento das MPEs como critério para contratações públicas.

**ESTATAIS e REGIME DE ADIANTAMENTO.** De acordo com a Lei nº 13.303/2016, quais as diretrizes para instituir o regime de adiantamento?

**PREGÃO ELETRÔNICO e ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.** DECRETO Nº 10.024/2019: inclusão de atestado após a fase de lances.

**CONTRATAÇÃO DIRETA.** Pressupostos e limites aplicáveis à contratação direta em face de situação emergencial ou de calamidade pública.

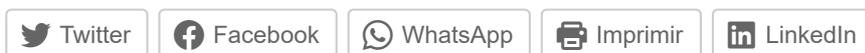
**AUXÍLIO SAÚDE.** NOTA TÉCNICA SEI No 146/2020/ME – Auxílio saúde de caráter indenizatório. Contratação de plano de saúde por meio de pessoa jurídica.

**JORNADA REDUZIDA e BENEFÍCIOS.** NOTA TÉCNICA SEI No 27881/2020/ME – Forma de cálculo do benefício de pensão e do auxílio-funeral quando o servidor falecido se encontrava em jornada reduzida de trabalho com remuneração proporcional.

**AFASTAMENTO PARA ESTUDO NO EXTERIOR.** NOTA TÉCNICA SEI No 41741/2020/ME – Concessão de afastamento para estudo no exterior à servidora que objetiva cursar pós-graduação lato sensu.

---

**Compartilhe isso:**



---

**Curtir isso:**

Carregando...

---

**Relacionado**

Ementário de Gestão Pública nº 2.344  
Normativos CONTRATAÇÃO DE MILITAR INATIVO. DECRETO Nº 10.210, DE 23 DE JANEIRO DE 2020. Regulamenta o art. 18 da

Ementário de Gestão Pública nº 2.359  
Normativos CORONAVÍRUS e TURISMO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 948, DE 8 DE ABRIL DE 2020. Dispõe sobre o

Ementário de Gestão Pública nº 2.375  
Normativos CORONAVÍRUS. LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção

Lei nº 13.954, de 16 de  
24/01/2020  
Em "Boletim"

cancelamento de serviços, de  
14/04/2020  
Em "Boletim"

do Emprego e da Renda;  
10/07/2020  
Em "Boletim"

[# CAPACIDADE TÉCNICA](#)[# COMPRAS PÚBLICAS](#)[# CONTRATAÇÃO DIRETA](#)[# CONTRATAÇÃO INTEGRADA](#)[# CONTROLE SOCIAL](#)[# CORONAVÍRUS](#)[# DANO AO ERÁRIO](#)[# DECISÃO JUDICIAL](#)[# DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE](#)[# DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL](#)[# ESTATAIS](#)[# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)[# GESTÃO FISCAL](#)[# MICRO E PEQUENAS EMPRESAS](#)[# ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO](#)[# OUVIDORIA](#)[# PREGÃO ELETRÔNICO](#)[# REGISTRO DE PREÇOS](#)[# RESPONSABILIZAÇÃO](#)[# TAXA DE ADMINISTRAÇÃO](#)[# TERCEIRIZAÇÃO](#)[# TRANSPARÊNCIA](#)[# VANTAJOSIDADE](#)[ANTERIOR](#)[INÍCIO](#)[CANVAS DE RISCO](#)[RECEBA POR E-MAIL](#)[WHATSAPP](#)[IN LOCO](#)[ARQUIVO](#)[CONTATO](#)

Copyright © 2020 Ementário de Gestão Pública - Desenvolvido por CreativeThemes